

AVISO – Atribuição de maquinaria

Pretende-se com esta medida contribuir para a redução da perigosidade de incêndio rural em territórios com elevada suscetibilidade, priorizando as áreas de pinhal bravo com potencial para resinagem, através do aumento da capacidade da intervenção por parte das equipas de sapadores florestais (eSF) dotando-as para o efeito de meios mecanizados.

Assim e dando sequência à estratégia em curso de progressiva mecanização do Programa de Sapadores Florestais, serão disponibilizadas às entidades titulares de eSF, que se comprometam a funcionar como um agrupamento, **29 tratores e respetivas alfaías**, em regime de comodato, com o objetivo de aumentar a eficácia da sua atividade no âmbito da silvicultura preventiva e preparação do território.

Período para receção de candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorre entre as **9 horas e 0 minutos do dia 23 de junho de 2022 e as 23 horas e 59 minutos do dia 11 de julho de 2022.**

Condições de Elegibilidade

As entidades que se candidatam devem reunir os seguintes requisitos:

1. Entidades gestoras no mínimo de 2 eSF ou existir uma proposta de constituição de agrupamento de eSF entre entidades gestoras que no seu conjunto assegurem a gestão de 2 ou mais eSF e que manifestem interesse em promover a criação de um agrupamento de equipas de sapadores (composta no mínimo por 2 eSF).
2. Garantirem que têm ou que se comprometem a ter sapadores florestais, operadores de maquinaria, com formação profissional adequada a este tipo de máquina, conforme estabelecido, pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Obrigações

1 - As entidades candidatas obrigam-se ao cumprimento das seguintes condições, inerentes à eventual atribuição da maquinaria:

- a) Definir um líder do agrupamento de sapadores florestais, de entre os chefes de equipa, e que será o coordenador do agrupamento;
- b) Remeter reporte diário da atividade da máquina, através de plataforma informática do ICNF;
- c) Refazerem os Planos de Atividades de uma das eSF implicadas, por forma a aumentarem a gestão de combustíveis, em serviço público, em mais 100ha/ano ao agrupamento. O serviço público é estabelecido em acordo com o ICNF, podendo incluir área complementar executada com outras técnicas motomanuais ou manuais. Nesta situação apenas é contabilizada a área nos relatórios da equipa que representa o

agrupamento, não sendo contabilizada área em mais nenhuma outra equipa de sapadores;

- d) Ficarão a cargo da entidade os encargos relacionados com o seguro, estacionamento e resguardo, manutenção, reparações, inspeções, entre outras.
- e) A cedência em regime de comodato obriga o candidato a realizar todas as manutenções prevista para o equipamento na Marca.
- f) Todos os encargos relativos a manutenção na Marca, peças de desgaste e arranjos corre por conta do candidato.
- g) Todos os encargos relativos a transporte do equipamento correm por parte do candidato após a recolha do mesmo em local estabelecido pelo ICNF.
- h) A devolução do equipamento ao ICNF é realizada com a manutenção na marca feita e com as peças de desgaste novas.

2- A área de intervenção proposta deve observar os seguintes requisitos:

- a) Área mínima de intervenção anual:
 - i) 100 ha de área ocupada por floresta, matos e vegetação herbácea espontânea de acordo com os dados mais recentes da Direção Geral do Território (Cossim21, caso não tenha sido publicada à data da abertura do concurso a COSSim2020M21). O acesso à Cossim deve ser solicitado pelo candidato à DGT.
 - ii). A área da candidatura é proporcional ao número de dias restantes do ano em curso.
- b) O agrupamento irá atuar na área de intervenção das equipas que o compõem, podendo também, por razões de interesse público e tal como ocorre para as eSF, ser chamado a atuar em locais situados fora da sua área de intervenção.

Critérios de prioridade para seleção de aprovação de candidaturas

I - Perigosidade estrutural e ocupação

$A = [(AI \text{ em classe de perigosidade muito alta do agrupamento} / AI \text{ total agrupamento} \times 100) \times 0,5] + [(AI \text{ em classe de perigosidade alta do agrupamento} / AI \text{ total agrupamento} \times 100) \times 0,3] + [(AI \text{ em classe de perigosidade média do agrupamento} / AI \text{ total agrupamento} \times 100) \times 0,2]$

$B = \text{Área de povoamento florestal na área de intervenção das eSF do agrupamento} / AI \text{ total agrupamento}$

$C = \text{Somatório dos anos das eSF do agrupamento} / 23 \text{ anos} \times n.eSF \text{ do agrupamento}$

$D = \text{Área ocupada por pinheiro-bravo na área de intervenção das eSF do agrupamento} / AI \text{ total agrupamento}$

Nota: A área ocupada por pinheiro-bravo é obtida de acordo com os dados mais recentes da Direção Geral do Território (<https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>, <https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/COS-CLC-COPERNICUS/>)

$E = \text{Área em Áreas Classificadas na área de intervenção das eSF do agrupamento} / AI \text{ total agrupamento}$

$\text{Classificação} = A + B + C + D + E$

A priorização das candidaturas será feita pela ordenação descendente do resultado obtido na Classificação.

Elementos da candidatura

1. Formulário de candidatura
2. *Shape file* com a área de intervenção para o ano 2022, de acordo com as normas estabelecidas para o Programa de Sapadores Florestais
3. Protocolo de colaboração entre entidades (apenas aplicável se forem entidades diferentes). No caso de ser estabelecido acordo de colaboração entre entidades diferentes deverá constar no mesmo, a forma de articulação de utilização do equipamento, bem como a identificação da Entidade responsável pela subscrição do contrato de comodato e do líder do agrupamento que vier a ser constituído.

A candidatura é anual, no entanto, havendo acordo entre as partes, o contrato de comodato pode ser renovável anualmente e automaticamente se a entidade candidata incluir, no relatório de atividades da equipa que representa o agrupamento, o reporte da atividade. O contrato de comodato mantém-se, desde que sejam cumpridos os mínimos de área proposta, seja validado pelo ICNF o relatório de atividades e seja aprovado o plano de atividades do novo ano onde se inclua nova área a executar.

No caso da não aprovação por parte do ICNF, quer do relatório atividades, quer do novo plano de atividades ou, se o relatório de atividade não atingir os mínimos de área a intervencionar, é terminado o contrato de comodato sendo devolvido o equipamento e as alfais respetivas ao ICNF.

O Contrato de comodato obriga ao registo diário da atividade, em formulário e aplicação *web* própria e de acordo com a informação requerida pelo ICNF. O registo diário da atividade obriga também ao relato de evidências prévias à execução do trabalho e de evidências após a sua execução.

As candidaturas, bem como os pedidos de esclarecimentos, deverão ser enviados para sapadoresflorestais@icnf.pt

Obrigações de na execução dos trabalhos

1. Até ao final de julho há a obrigatoriedade de ter executado 2/3 da área de intervenção proposta, com prioridade para as áreas de perigosidade muita alta e alta.
2. De Agosto ao final de Dezembro há obrigatoriedade de executar o 1/3 remanescente.

Nota: no primeiro ano de atribuição do trator a área mínima de intervenção corresponde aos duodécimos da meta mínima do ano cruzeiro (100 ha), contabilizados a partir da data de atribuição.